

Governança Regional de Segurança: o protagonismo brasileiro na integração de políticas de defesa na América do Sul

Mariana Lyra (UEPB)

Resumo: Desde o fim do conflito bipolar, observa-se a fragmentação dos arranjos políticos relacionados às temáticas de segurança e defesa, uma vez que o sistema internacional passa por um período de redefinições, emergindo a regionalização da segurança internacional. Este artigo busca tratar sobre a problemática relacionada à formação de uma governança regional de segurança no âmbito da União de Nações Sul-Americanas. Tenta-se analisar a ainda embrionária configuração do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e o papel essencial da liderança brasileira na formação de tal órgão. Nesse processo, o Brasil foi um player fundamental, tanto durante a concepção do órgão, quanto em sua aprovação, ao entender que o tema da defesa na América do Sul desempenha papel estratégico na confluência dos objetivos da Política Externa Brasileira de consolidação de um processo de integração regional. Assim, mesmo sendo a governança regional de segurança considerada incipiente no Cone Sul, o CDS apresenta-se como uma relevante alternativa aos arranjos de segurança já existentes no hemisfério.

Palavras-chave: Governança regional de segurança. Conselho de Defesa Sul-Americano. Protagonismo brasileiro. Instituições regionais. Defesa e segurança sul-americanas.

Abstract: Since the end of the bipolar conflict, the world has witnessed the fragmentation of political arrangements on security and defense and the introduction a period of redefinition of the international system. From that, it follows the emergence of the international security regionalization. This article addresses the formation of regional security governance within the Union of South American Nations. It attempts to analyze the embryonic configuration of the South American Defense Council (CDS) and the essential role of the Brazilian leadership in the formulation of such a body. In this case, Brazil was a key player, both during the design of the institution and in its approval, by assuming that the theme of defense in South America plays a strategic role in the confluence of the Brazilian Foreign Policy objectives towards the

consolidation of the regional integration. Even though the Southern Cone regional security governance is just in its initial phase of development, the CDS has played a relevant role as an alternative to the existing security arrangements in the hemisphere.

Keywords: *Regional Security Governance. South American Defense Council. Brazil. Regional Institutions. Defense and Security in South America.*

Introdução

Desde o fim do conflito bipolar, no início da década de 1990, vê-se uma transformação da arquitetura do sistema de segurança mundial. Enquanto no período da Guerra Fria o sistema estava basicamente dominado pelos EUA, de um lado, e pela antiga URSS, de outro, observa-se atualmente a fragmentação dos arranjos políticos relacionados ao tema, sobretudo devido às crescentes redefinições pelas quais o sistema internacional tem passado e a consequente regionalização da segurança internacional.

Nesse contexto, surgem novas estruturas, como instituições regionais e sub-regionais, apontando para um redirecionamento das questões de segurança e defesa, o que inclui um caráter mais multilateral a um assunto tradicionalmente estatal. Entretanto, é importante ressaltar que muitas vezes as funções dessas instituições são sobrepostas ou repetidas em relação a instrumentos de segurança/defesa já existentes.

As mudanças trazidas pelo fim da Guerra Fria não apenas alteraram os arranjos de segurança dos Estados, mas também trouxeram modificações para as agendas. Enquanto a dissuasão nuclear dominava até a queda do Muro de Berlim, a nova configuração permite uma agenda mais ampla, apontando, inclusive, para uma redefinição do termo

segurança. Na América do Sul isso não é diferente, a agenda de segurança é extensa, com muitos níveis e complexa, demandando o gerenciamento simultâneo de crises domésticas, conflitos de interesse e ameaças transnacionais (FLEMES e RADSECK, 2009).

Nesse sentido, desde o início da década de 1990, o Brasil vem reconhecendo o papel da integração na estabilização das relações regionais, uma vez que a redefinição de interesses e identidades altera os valores dos membros, construindo uma nova ação racional para a interpretação de custos e benefícios (HURREL, 1998, p. 538). Além disso, a política externa brasileira tem demonstrado, principalmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a intenção de tornar o Brasil uma potência regional, autônoma e que exclui pressões exógenas à região, notadamente a hegemonia norte-americana.

Em vistas da complexidade das questões sul-americanas, que se estendem desde o fortalecimento das democracias ainda jovens e incipientes até a luta contra o crime organizado, surgem alianças estratégicas, apontando um movimento de securitização do Cone Sul na tentativa de consolidar novos canais de diálogo e alcançar uma governança regional de segurança (SENHORAS, 2009a).

Dessa forma, o presente artigo pretende explorar a lógica da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), órgão que atua no âmbito da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), como estratégia de integração das políticas de defesa sul-americanas, apontando a hegemonia consensual do Brasil na concepção do CDS, bem como os interesses brasileiros na instituição de tal órgão.

Governança Regional de Segurança

As profundas alterações que o sistema internacional vivenciou no final do século XX reverberaram nas concepções estratégicas de temas como segurança e defesa. Abandona-se a configuração bipolar, emergindo o que os especialistas chamam de ordem multipolar ou de polaridade indefinida (SENHORAS, 2009b, p. 04). Tal ordem traz novas ameaças e arranjos políticos de enfrentamento, além da pluralidade de atores relevantes no contexto internacional.

A atual ordem de segurança tem características distintas do modelo que imperou por quase meio século (1945 – 1990), com alto grau de fragmentação e complexidade, cujas instituições em certos momentos podem coexistir e se sobrepor em função e objetivos, ocasionando a descentralização das questões de defesa e segurança, bem como tornando obsoletos os modelos teóricos tradicionais. Segundo Flemes e Radseck:

To capture this global transformation, traditional models of security relations such as alliances (Wohlforth 1999), security regimes (Krasner 1983) and security communities (Adler and Barnett 1998) must be complemented, and security governance is a promising concept in this regard. (FLEMES e RADSECK, 2009, p. 06)¹

Para o entendimento da governança de segurança é necessário especificar dois componentes fundamentais: governança e segurança. O conceito de segurança tem sido intensamente debatido nas últimas três

¹ Para capturar essa transformação global, modelos tradicionais de relações de segurança, tais como: aliança (Wohlforth 1999), regimes de segurança (Krasner 1983) e comunidades de segurança (Adler e Barnett 1998) devem ser complementados e, nesse sentido, a governança de segurança é um conceito promissor. (FLEMES e RADSECK 2009, p. 06. Tradução nossa).

décadas² na tentativa de aprofundá-lo, tendo em vista o melhor atendimento às demandas contemporâneas, ampliando sua compreensão para além de questões militares. Já a governança vem do desafio dos Estados de assegurar seus interesses em um sistema multipolarizado, onde as ameaças interestatais não mais correspondem à realidade, e conflitos de caráter doméstico ou tensões ligadas ao terrorismo são assuntos sempre discutidos neste contexto.

Pode-se definir a governança regional de segurança como o conjunto de estruturas e processos que permite a participação de atores privados e públicos na coordenação de seus interesses e necessidades interdependentes. Ocorre através da construção e implementação de políticas de segurança e defesa frente à falta de uma autoridade política central eficiente para gerir essas questões, como é corroborado pela definição de Flemes e Radseck:

Regional security governance denotes formal and informal structures of authority that coordinate, manage and rule collective responses to threats to the security of states in a delineated region or common efforts of these states to promote security and stability outside their region. Collective security challenges can be subdivided into interstate conflicts, domestic crises affecting regional stability, and transnational threats. (FLEMES e RADSECK, 2009, p. 07)³

² Para uma leitura mais aprofundada sobre as alterações no paradigma da segurança, ver: Ullman (1983); Walt (1991); Rothschild (1995); e Baldwin (1997).

³ Governança regional de segurança denota as estruturas formais e informais de autoridade que coordenam, gerenciam e regularizam respostas coletivas a ameaças à segurança dos Estados em uma região delimitada ou esforços comuns desses Estados para promover segurança e estabilidade fora de sua região. Os desafios da segurança coletiva podem ser divididos em conflitos entre Estados, crises domésticas que afetam a estabilidade regional e ameaças transnacionais. (FLEMES e RADSECK, 2009, p. 07. Tradução nossa).

Nesse sentido, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a Conferência de Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) rapidamente incorporaram as novas temáticas e ampliaram seu escopo de funcionamento, abarcando questões como guerra ao terrorismo, peace-keeping em regiões de conflito e o reassentamento de refugiados. Tais instituições são modelos relativamente bem sucedidos de governança de segurança, que se remodelaram para contemplar questões emergidas do fim da Guerra Fria. (KRAHMANN, 2003)

Com essas alterações advindas da Guerra Fria, o sistema internacional vem sendo redesenhado em vários de seus aspectos; os processos de integração regional, as relações de interdependência e a emergência de novas ameaças e oportunidades mostram uma tendência à formação de governanças internacionais, tornando o sistema um arquipélago de regimes divididos em temáticas distintas. Esse processo também afeta temáticas do hard power, como segurança e defesa, transformando a regionalização da segurança em saída para melhor gerir problemas comuns, entretanto, cada processo se desenvolve de acordo com as especificidades regionais, tendo em vista as ameaças e os problemas que afetam tais Estados conectados em um processo como tal. De acordo com Senhoras:

Em função da regionalização da segurança internacional, especificidades de cada região trazem a tona a emergência de novas ameaças, novos problemas e novas proposições de solução que são estrategicamente sensíveis às formações históricas, aos padrões de relacionamento interestatal e às combinações de recursos políticos, econômicos e militares (SENHORAS apud KOLODZIJ, 2009b, p. 16).

No âmbito sul-americano, os governos nacionais criaram organizações com funções de segurança expandidas, no entanto, seus recursos limitados, a falta de expertise na área e os interesses divergentes dos países participantes não imprimem firmeza aos arranjos regionais, o que os torna incipientes. As instituições de segurança e defesa na América do Sul se sobrepõem constantemente ou seu processo de construção não tem prosseguimento. Além disso, os países do Cone Sul engajam-se em diferentes relações bilaterais e multilaterais sobre segurança, alianças militares e intercâmbio de tecnologia armamentista, muitas delas antagônicas ⁴.

Dessa forma, os modelos tradicionais de balança de poder e construção de alianças não conseguem explicar de forma completa a dinâmica de segurança na América do Sul, uma vez que, diferentemente das regiões europeias e norte-americana, os países do Cone Sul ainda lutam para fortalecer suas democracias enquanto discutem questões de soberania nacional.

A problemática da formação de governanças regionais de segurança e defesa tem sido intensamente debatida nas últimas três décadas, discutidas tanto a partir de perspectivas reducionistas quanto ampliacionistas. Os processos que se desenvolvem junto às governanças regionais buscam minimizar os riscos e incertezas inerentes ao padrão de relacionamento estabelecido pelos Estados. Assim afirma Senhoras:

Segundo Buzan (2001) e Kolodziej (1995), a pesquisa de regimes regionais de segurança e defesa demonstra a centralidade dos processos de regionalização da segurança no mundo por meio de complexos regionais que representam uma categoria

⁴ Um exemplo de relação conflitante é o acordo entre Colômbia e Estados Unidos sobre bases militares no território colombiano, ao mesmo tempo em que o país andino participa do Conselho de Defesa Sul-Americano, o qual busca diminuir a influência norte-americana na região.

intermediária de regime internacional, entre várias categorias que podem iniciar com o indivíduo (perspectiva ampliacionista) e terminar no sistema internacional (perspectiva reducionista). (SENHORAS, 2009b, p. 21)

Assim, ao fundamentar a análise no padrão estrutural das governanças de segurança e defesa no continente Americano, o qual apresenta dois modelos de estrutura: subregional (Junta Inter-Americana de Defesa – JID – 1942) e hemisférico (Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca – TIAR – 1947 e Organização dos Estados Americanos – OEA – 1948), pode-se observar a ineficiência sistêmica de sua segurança coletiva desses arranjos, uma vez que os desenhos institucionais não se traduzem em resposta aos problemas e ameaças vivenciados pelos países do Cone Sul. Ao contrário, tais organismos corroboram com a relação de dependência histórica da América do Sul para com os Estados Unidos, onde persistem as discussões sobre temáticas de interesse da hegemonia. (PAGLIARI, 2009)

Como exemplo da OEA, o enfoque seguido na prática dessa organização foi direcionado ao fortalecimento das novas instituições democráticas e à promoção dos Direitos Humanos em uma América Latina recém liberta dos regimes políticos ditatoriais. Ou seja, a intenção de um arranjo estratégico-militar de segurança/defesa na região do Cone Sul, todavia não se reproduzia com a atuação da OEA nessa região. Essa ideia se corrobora desde os artigos I ao IV da Carta da Organização dos Estados Americanos, assim como o Capítulo VII.

Atualmente, todos os mecanismos hemisféricos de defesa estão sob a gestão da OEA, cujo desafio sempre foi garantir o cumprimento de suas resoluções e regras, já que seu poder coercitivo está vinculado ao poder militar de cada Estado-membro. Nesse sentido, é notória a

supremacia norte-americana. Sua influência fica evidente ao analisar as presidências do organismo, pois, em mais de 60 anos de história, apenas uma única vez elegeu um presidente, o José Miguel Insulza, que não tinha o apoio norte-americano. (CORDERO, 2009)

Dessa forma, as tentativas de pôr em prática uma governança com o viés da segurança coletiva no âmbito da América do Sul apenas auxiliou o aprofundamento da relação de dependência dos países sul-americanos frente à hegemonia estadunidense. Entretanto, essa relação histórica tem-se modificado nas últimas duas décadas.

A importância da temática de segurança para a Política Externa Brasileira (PEB)

Com o fim da Guerra Fria, os parâmetros ideológicos baseados na bipolaridade EUA versus URSS ruíram. As zonas de influência e intervenção direta das duas potências diminuíram, emergindo arranjos regionais para tratamento das mais diversas questões, inclusive as temáticas de segurança e defesa. O Brasil, assim como os demais países sul-americanos, sofreu forte influência da hegemonia norte-americana, seja no aspecto socioeconômico, ou político-estratégico. Nesse sentido, as instituições hemisféricas, como a OEA e o TIAR, facilitaram a consolidação dos interesses dos EUA. (CERVO, 2008)

A partir da década de 1960, o Brasil buscou o desenvolvimento e autonomia através da cooperação e multilateralização de sua política externa, visto as dificuldades enfrentadas para captar recursos que financiassem a industrialização do país por meio das relações bilaterais, sobretudo com os EUA. Para tanto, o Brasil passou a atuar em duas

frentes: a Operação Pan-Americana (OPA) e a Política Externa Independente (PEI).

A OPA reuniu os países do Cone Sul sob a liderança brasileira para questionar os ganhos da cooperação com os EUA e exigir investimentos econômicos em troca do apoio sul-americano ao combate ao comunismo. Por outro lado, a PEI buscou o universalismo diplomático a fim de expandir os mercados, atrair capitais e trocar tecnologias requeridas pelo projeto desenvolvimentista brasileiro. Durante o breve governo de Jânio Quadros (1961), a PEB buscou afastamento do sistema de segurança regional, notadamente dominados pelos EUA, na tentativa de expandir a área de atuação brasileira para o espaço extra-continente.

Com Castelo Branco (1964-1967), o Brasil viveu retrocessos em sua estratégia de distanciamento da hegemonia norte-americana, retornando sua política externa à zona de influência dos EUA. Entretanto, no governo seguinte, Costa e Silva (1967-1969), mais uma vez a PEB procurou defender os pressupostos tradicionais da diplomacia brasileira, como a não intervenção e a autodeterminação dos povos, por exemplo.

Nesse período, foram rechaçados sistemas de segurança coletiva subordinados à influência norte-americana, com o objetivo de, primeiramente, superar as desigualdades entre os países e, por fim, adotar um novo conceito de segurança nacional. Portanto, tal conceito buscava questionar “a permanência do País na situação periférica ou a possibilidade de desempenhar um papel relevante nas relações internacionais, na suposição de que apenas diplomacia e economia não bastavam”. (CERVO, 2008, p. 119)

Depois de um período de alinhamento e distanciamento dos EUA, com uma profusão de estratégias de política externa, a década de 1980, sob a gestão de Figueiredo (1979-1985), trouxe à tona, novamente, a

preocupação em aumentar a independência brasileira no contexto internacional, com vistas no projeto de desenvolvimento nacional autônomo e sustentado. Nesse período, as temáticas de segurança e defesa ficaram subordinados ao crescimento econômico, quando o setor industrial cooptou a maioria dos esforços governamentais na garantia das exportações de armamentos, dada a necessidade de obter divisas. Ressalta-se que nesse período há o posicionamento claro do Brasil sobre o fim pacífico de sua produção de armamentos e desenvolvimento nuclear.

Em 1982, durante a Guerra entre Argentina e Grã-Bretanha para posse das Ilhas Malvinas, o Brasil se posicionou de forma autônoma, demonstrando seu interesse em aumentar sua independência, além anunciar o crescente peso que a Argentina adquirira para a PEB. Para tanto, o Brasil enfrentou, ainda que de forma branda, o posicionamento norte-americano de apoio à Grã-Bretanha, colocando-se ao lado do país platino. Além disso, declinou ao convite para participar da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), proposto em 1981 pela África do Sul e sob a rubrica dos EUA.

Em substituição a OTAS, o Brasil sugere a criação de uma Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (1986), buscando avanços no processo de integração sul-americano, através do diálogo e cooperação, principalmente, com a Argentina. Nesse sentido, a proposta brasileira também procurava fomentar a confiança com o país vizinho de modo a torná-lo o parceiro preferencial do Brasil, a partir do qual a integração regional seria iniciada. (CERVO, 2008)

Ao partir desse eixo (Brasil – Argentina), pretendia-se construir um sistema de segurança e defesa sul-americano pluralista. Entretanto, mudanças no contexto internacional mudaram as estratégias da PEB, o

governo Fernando Collor (1990-1992), influenciado pelo Consenso de Washington, estabeleceu que o Brasil baseasse sua inserção internacional de forma competitiva e adaptada às premissas neoliberais.

Ao aderir aos discursos da inevitabilidade de inserção nos mercados globalizados, mesmo que de forma dependente e não preparada, abandonou-se o projeto cultivado desde a década de 1970, o “Brasil Potência”. Dessa forma, o projeto nuclear também foi abdicado em prol do discurso da globalização. De acordo com Becard, destacam-se as seguintes medidas indicativas do fim do plano estratégico de defesa nuclear brasileiro:

- i) a adesão aos pactos de erradicação de armas químicas e biológicas de destruição massiva e ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (Cervo e Bueno 2008, p. x); ii) a aceitação de forma indireta do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), por meio da assinatura do Acordo Quadripartite com a Argentina pela Agência Brasileiro-Argentina de Controle de Contabilidade de Materiais Nucleares (Abacc) e Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); iii) adesão ao Tratado de Tlatelolco, com a retirada das ressalvas sobre as explosões atômicas para fins pacíficos; iv) desativação, em setembro, do Programa Nuclear Paralelo; v) anúncio na ONU da posição contrária à ideia de explosões nucleares, mesmo para fins pacíficos (Bandeira 2004). (BECARD, 2008, p. 50-51)

Durante o governo de Itamar Franco (1992-1994), o Brasil passou a ter uma atitude mais crítica e pragmática quanto às redefinições do sistema internacional, projetando uma imagem independente do país, na tentativa de mostrar que o Brasil não possuía alianças exclusivas ou estava subordinado à influência norte-americana. É nesse período que se consolida a participação ativa da diplomacia brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU), a fim de promover discussões sobre

desenvolvimento, democracia e desarmamento, além de endossar o pedido de reforma do Conselho de Segurança da ONU. Desse momento em diante, o Brasil vem pleiteando um assento permanente no órgão, fundamentando sua estratégia, inicialmente, na contestação do caráter oligárquico do Conselho de Segurança e se posicionando como representante legítimo do Cone Sul.

A gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) deu continuidade na defesa da independência brasileira no setor de segurança, evitando alinhamento com os EUA, ao mesmo tempo em que se busca o apoio dos países da América do Sul. Entretanto, a visão mais autônoma da segurança não assegurou a adoção de atitudes mais pragmáticas por parte do governo brasileiro em relação ao contexto regional, não sendo capaz de influenciar positivamente na proliferação de conflitos regionais e intervenções norte-americanas nas questões sul-americanas de segurança e defesa. (CERVO, 2008)

Já na Era Lula (2003 – 2010), novamente os assuntos de segurança foram submetidos às estratégias econômicas, desempenhando papel fundamental na integração sul-americana, o que implicou em uma forte atuação brasileira na região. Além disso, houve um planejamento claro e voltado para superação do quadro institucional incipiente das questões de segurança, na busca de atenuar as divergências hemisféricas ao redor do tema, retomando-se, assim, o projeto de construção de um sistema pluralista sob a renovada liderança brasileira.

O protagonismo brasileiro na formação do Conselho de Defesa Sul-Americano

Diante desse cenário, surgiram alternativas lideradas por países sul-americanos, notadamente o Brasil, para a criação de organismos que melhor atendessem às necessidades regionais e, ao mesmo tempo, minimizassem a influência norte-americana na região. A governança regional de segurança na América do Sul, embora considerada recente e frágil, propicia a paulatina convergência dos temas de segurança e defesa, além de trazer à tona antigos desejos de integração nesses assuntos, originando uma estrutura institucional de segurança sob o guarda-chuva da recém-criada UNASUL, uma vez que a maioria dos países compartilha semelhantes problemas e ameaças.

Instituído em 2008, durante a Cúpula Extraordinária da UNASUL realizada na Costa do Sauípe - Brasil, o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) não se trata de uma aliança militar comum, mas um mecanismo de fomento ao intercâmbio na área de segurança entre os países-membros da UNASUL, tais como: a integração de políticas de defesa; intercâmbio entre as Forças Armadas de cada país; participação em operações de peace-keeping and peace-making, entre outros. Assim, o CDS busca alcançar uma atuação cooperativa, a fim de potencializar a integração no Cone Sul, visto que a articulação, tanto em relação à política externa, quanto à segurança e defesa, é relativamente difusa na região. Logo, o surgimento de arranjos institucionais de governança de segurança apenas pode ser compreendido como um processo longo de discussões, consensos e ações compartilhados ao redor do tema. (SENHORAS, 2009a; FLEMES e RADSECK 2009)

O CDS apresenta-se com um grande avanço institucional da UNASUL, pois foi constituído como organismo consultivo no campo da segurança e defesa, enfocando suas ações na prevenção de conflitos e manutenção de estabilidade regional. Além disso, tem relativa autonomia

para criar mecanismos destinados a facilitar a realização de suas ações, como afirma o Ministério Brasileiro de Relações Exteriores:

O estabelecimento de um mecanismo de Medidas de Fomento da Confiança e da Segurança pelo Conselho de Defesa Sul-Americano também foi um instrumento valioso para o fortalecimento da estabilidade, paz e cooperação na América do Sul. Como resultado de duas reuniões de Ministros das Relações Exteriores e da Defesa, realizadas em setembro e novembro de 2009, no Equador, foi adotado um conjunto de medidas nas áreas de intercâmbio de informação e transparência (sistemas de defesa e gastos de defesa), atividades militares intra e extrarregionais, medidas no âmbito da segurança, garantias, cumprimento e verificação. Os procedimentos a serem adotados na aplicação dessas medidas foram aprovados pelos Ministros de Defesa reunidos em Guayaquil, em maio de 2010, e pelos Ministros de Relações Exteriores, em reunião realizada em Georgetown, em novembro do mesmo ano. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2009, p. 01)

Dessa forma, algumas ameaças auxiliaram acelerar a formação de um Conselho de Defesa, como, por exemplo: a. os conflitos sub-regionais e ameaças do narcotráfico; b. os objetivos estratégicos brasileiros quanto à consolidação de seu papel de líder regional; e, por último, c. a formação de uma política de segurança hemisférica em oposição à hegemonia norte-americana. (SENHORAS, 2009a)

Já em sua formação, o CDS já teve que gerir os interesses de seus membros, dada as estratégias distintas submetidas por Venezuela e Brasil. Por um lado, o país andino apresentou uma proposta de conselho mais ampla, de caráter multilateral e com aparato institucional para atuar contundentemente em operações militares aos moldes de uma aliança tradicional. Por outro lado, o Brasil trouxe uma percepção menos imperativa, introduzindo mecanismos cooperativos ao órgão, ratificando seu caráter consultivo e normativo, objetivando buscar uma integração

regional através do diálogo, construção da confiança mútua e transparência militar. Nesse sentido:

Enquanto o presidente venezuelano, Hugo Chávez, lançou em 2003 a proposta de criação maximalista de uma aliança militar intitulada Organização do Atlântico Sul (OTAS) equivalente à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) segundo uma retórica anti-imperialista marcada pelo distanciamento em relação aos Estados Unidos; cinco anos mais tarde o presidente brasileiro Luiz Inácio “Lula” da Silva propôs a retomada de um projeto de segurança regional com caráter minimalista para institucionalização de um Conselho Regional de Segurança, marcado por uma retórica de moderação que objetiva impulsionar a histórica candidatura brasileira no Conselho de Segurança das Nações Unidas. (SENHORAS, 2009a, p. 03)

A proposta brasileira para a criação do CDS foi fundamentada em três elementos: poder, desenvolvimento e governança. O primeiro previne a insegurança, uma vez que fomenta a estabilidade na região e corrobora a estratégia brasileira de (re) construir a América do Sul como área relevante e autônoma, minimizando influências norte-americanas. O segundo elemento visa auxiliar o desenvolvimento industrial brasileiro, através da criação de um mercado de defesa e segurança, liderado, obviamente, pelo Brasil. Por fim, o terceiro elemento tenta organizar e estimular iniciativas e cooperação no setor de defesa, visando à diminuição de incertezas e desconfianças, além de promover estruturas normativas regionais para o papel dos militares e o uso da força. (MERKE, 2009, p. 21-22).

Portanto, a criação do CDS foi construída a partir da proposta brasileira de reforçar os mecanismos regionais de cooperação militar, além de fortalecer a confiança mútua entre os países, na tentativa de afastar possíveis intervenções extrarregionais, a ver EUA e Europa, nas

questões sul-americanas. O Conselho tem a função de contribuir para formação de uma coesão regional em torno da temática de segurança e defesa, através da cooperação entre os Estados na busca da manutenção da estabilidade frente aos conflitos tradicionais e novas ameaças comuns.

O Brasil é um país naturalmente relevante na América do Sul, por conta do seu vasto território e da sua posição geográfica privilegiada, tornando-o um Estado articulador e líder potencial da região. Além disso, é necessário somar o elemento político, este que está atrelado aos objetivos internos dos governos brasileiros, notadamente na Era Lula, consubstanciando-se em, por exemplo, uma política externa voltada ao fortalecimento da integração regional sul-americana, materializando um crescente protagonismo nos assuntos sul e latino-americanos. Segundo Soares:

[o ex-presidente Lula percebe o Brasil como um país] singularmente dotado para dar início a esse processo, que haveria de transformar o continente sul-americano num sistema orgânico, um pólo de poder com voz própria nos assuntos mundiais (SOARES, 2004, p. 154)

A mudança de perspectiva de submissão política dos governos sul-americanos aos EUA no começo deste século, isso acompanhado da incipiente autonomia dos países nos seus processos de integração regional e, mais especificamente, a proposição de instituições que tratem sobre os temas de segurança e defesa na região, levaram o ex-Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, em 2003, a declarar que a América do Sul possuía uma identidade estratégica autônoma, que não se confundia com a da América do Norte. Essa identidade é construída a partir dos seguintes fatores:

Os gastos militares muito baixos, em comparação com outras regiões do planeta, a inexistência de

armas nucleares e de destruição em massa; e o fato de nenhum dos países participarem de alianças militares de compatibilidade duvidosa com as Nações Unidas. Essa identidade própria criaria necessidades e interesses específicos, que, muito embora possam e devam ser abordados em foros mais amplos, seriam, naturalmente, melhor equacionados a partir do próprio espaço sul-americano. (SOARES, 2004, p. 157-158)

O Estado brasileiro, nesse contexto, vem se sobressaindo como o condutor do aprofundamento de uma estratégia regional de estruturas que trate a segurança não apenas sob seu aspecto coletivo, mas também cooperativo. A partir da década de 1990, América do Sul passou a ser considerada como essencial para a projeção da liderança brasileira. Em 2008, com a crise diplomática entre Equador e Colômbia, o cenário tornou-se propício para fomentar a estratégia de liderança brasileira, com o lançamento da proposta do ex-presidente Lula da formação do Conselho Sul-americano de Defesa no âmbito da UNASUL, como pode ser visto na afirmação de Malamud:

América del sur, al igual que el conjunto de América latina, era considerada tradicionalmente una zona de paz; sin embargo en los últimos meses se ha visto cómo en la zona andina se ha desarrollado un potencial foco de conflicto bélico. El Presidente brasileño lanzó la propuesta de la creación del CDS el 4 de marzo de 2008, en plena crisis diplomática entre Colombia y Ecuador. De lo que se deduce que ha hecho falta un conflicto bilateral ecuato-colombiano para despertar la urgencia política de proponer un nuevo marco de seguridad y defensa estratégica en la región sudamericana; el contencioso pues ha reforzado la necesidad de crear un órgano común de defensa y seguridad en América del sur. (MALAMUD, 2008, p. 08)⁵

⁵ A América do Sul, assim como a América Latina, era considerada tradicionalmente como zona de paz. Entretanto, nos últimos meses, vê-se como a área andina tem se tornado um potencial foco de conflito bélico. O presidente brasileiro lançou a proposta de criação do CDS em 4 de março de 2008, em plena crise diplomática entre Colômbia

Para alguns analistas (BURGES, 2008, p. 66), a liderança brasileira – e não a norte-americana- reúne os elementos fundamentais para integrar os países do Cone Sul na formulação de uma agenda de segurança comum. Embora o Brasil apresente dificuldades em conduzir a tarefa, os ganhos advindos desse protagonismo trariam mudanças positivas para relações regionais, além de favorecer tanto ganhos coletivos, quanto a desejada projeção brasileira como liderança regional consolidada e um possível assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Para compreender o papel brasileiro na integração das políticas de defesa e segurança na América do Sul é necessário assumir que, nas últimas duas décadas, o Brasil passou a enxergar tal processo como elemento de sua política externa, pois ao ampliar as possibilidades de garantir os interesses nacionais por meio da liderança regional, o país permitiu que sua atuação se tornasse predominante, em substituição ao poder hegemônico externo. Nesse sentido, o protagonismo brasileiro na constituição e negociação da UNASUL e do CDS, posteriormente, apresenta-se como a constatação da procura voluntária do país pela construção de uma imagem de liderança regional, autônoma e pacífica, a fim de buscar avanços nas discussões e criação de instrumentos que garantam uma região estável e que sirvam como auxílio à consolidação do papel de líder regional, além de projetá-lo como potência mundial.

e Equador. Pode-se deduzir que bastou o conflito bilateral Equador-Colômbia para despertar a urgência política de propor um novo marco de segurança e defesa estratégica na região sul-americana. O conflito reforçou a necessidade de criação de um órgão comum de defesa e segurança na América do Sul (MALAMUD, 2008, p. 08. Tradução nossa).

Os desafios da liderança brasileira

Segundo Flemes (2007), para o entendimento da posição de liderança é necessário apresentar os elementos que definem sua identidade. Existem quatro fatores que desenharam o líder regional: 1 - o desejo de liderar; 2 - a posse dos recursos e poder necessários para exercer a liderança; 3 - o emprego dos instrumentos disponíveis na política internacional; e 4 - a aceitação da liderança por parte dos demais. Ao analisar o desenvolvimento das ações da Política Externa Brasileira (PEB) nas últimas duas décadas, é possível notar os avanços do Brasil para preencher os requisitos acima postulados.

Quanto ao primeiro critério, fica muito evidente a postura pragmática adotada pelo governo brasileiro, seu desejo de liderança é traduzido em ações, logo, o discurso de potência fica em segundo plano. A diplomacia do Brasil tem marcadamente demonstrado cautela em seus discursos, evitando declarações radicais, como as proferidas por Caracas e La Paz, dando credibilidade ao país, ao mesmo tempo em que o Brasil tem procurado concretizar acordos e resolver impasses regionais, como nos casos do gás boliviano (2005 - 2006) e a revisão do Tratado de Itaipu (2008 - 2011).

Já em relação ao segundo elemento, o Brasil possui uma condição privilegiada, com dimensões continentais, grande população e vastos recursos naturais, tornando-o o centro da América do Sul, além de ter grandes vantagens na atração de investimentos estrangeiros e possuir o maior e mais diversificado Produto Interno Bruto (PIB) da região. Ainda, o país possui recursos abundantes para o exercício da liderança regional, tendo capacidade para coordenar temáticas sensíveis, tais como segurança, defesa, soberania nacional e reequipamento das Forças

Armadas, questões fundamentais nesse momento de crescentes compras de armamentos na América do Sul.

O emprego de instrumentos da política internacional é de difícil medição, entretanto, é possível observar que o Brasil o exerce, ao passo que possui maior participação entre os sul-americanos em organismos econômicos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e Fundo Monetário Internacional (FMI). Possui relativa proeminência na segurança internacional, gerenciando operações de paz da ONU, ademais participando de outras operações e intercâmbios de militares e tecnologia. Além disso, através de sua diplomacia e política externa respeitada, participa de mediações de conflitos internacionais, embora, muitas vezes, sua participação seja considerada incipiente ou pouco relevante.

Por último, o quarto critério é o mais difícil para a consolidação da liderança brasileira, sobretudo em questões de segurança e defesa. A aceitação de seu papel como líder regional, muitas vezes, é encarada como uma posição imperialista pelos países sul-americanos. Embora a diplomacia e PEB estejam sempre presentes nas questões regionais, isso não se traduz numa aceitação unânime de sua ação, o que se vê são avanços e descontinuidades na imagem brasileira como líder do Cone Sul.

Existe certo consenso sobre a anuência e, em certos momentos, apoio norte-americano para a consolidação brasileira como liderança regional. Entretanto, a posição dos EUA muitas vezes se torna dúbia. Se, por um lado, o Brasil é visto como um aliado, que tem capacidade de manter a estabilidade no Cone Sul, ao passo que dialoga com governos mais radicais e antiamericanos, notadamente Venezuela e Bolívia, além de diminuir os custos americanos com governança. Por

outro, a busca brasileira por uma liderança autônoma – todavia, não seja considerada rebelde – desperta a atenção norte-americana, que acompanha de perto as ações e estratégias brasileiras.

Na área de segurança isso se torna mais claro, enquanto o Brasil deseja integrar as políticas defesas dentro do Cone Sul, na tentativa de se consolidar como potência e afastar a influência norte-americana da região, os EUA firmam tratados bilaterais para instalação de bases e consolidar sua presença militar na América do Sul. Nesse sentido, a Colômbia desempenha papel fundamental, ao permitir a presença norte-americana em seu território e, muitas vezes, minar organismos regionais, como exemplo da ameaça de retirada da UNASUL ao ser pressionada sobre os acordos militares com os EUA.

Outro desafio importante à liderança brasileira é o gerenciamento das assimetrias na região. Como maior economia e maior poderio militar⁶, é fundamental a proposição de mecanismos para gerir as desigualdades entre os países e diminuir os custos que essas assimetrias podem trazer. Tal situação é notada no próprio CDS, em que cada país, independentemente de condição, possui igualdade, prejudicando a atuação brasileira. Logo, é complexa a discussão da estrutura decisória do órgão, podendo gerar problemas futuros de coesão, bem como ferir os interesses estratégicos do país. (CASTRO, 2009)

Como já foi pontuada, a “liderança natural” brasileira é frequentemente questionada por seus vizinhos, observa-se certo desconcerto por parte de alguns países quanto a esse protagonismo nato. A Argentina, embora parceira principal na América do Sul, sempre

⁶ Segundo o SIPRI, na período de 2000 - 2009, o Brasil foi o país sul-americano que mais gastou com defesa na América do Sul, gastando em torno de USD 190 milhões. Dados disponíveis em < <http://www.sipri.org/databases/milex>>.

demonstrou desconfiança quanto ao Brasil assumir a posição de potência. Ademais, Uruguai e Paraguai costumam manifestar a posição imperialista e não de liderança por parte do governo brasileiro, sendo um ponto crítico na divisão dos ganhos e ônus advindos de um processo de integração. Por fim, tem-se o Chile, que mesmo não contestando a liderança brasileira, sempre se manteve a certa distância dos assuntos do “leste” e busca sua autonomia, voltando-se para o Pacífico e acordos bilaterais com os EUA.

No final da década de 1990, chega ao poder na Venezuela o Presidente Hugo Chavez. Sustentado pelas divisas advindas do petróleo, o presidente venezuelano desafia a liderança do Brasil, ao se opor às posições menos radicais apresentadas pelos brasileiros. Através de seu discurso de libertação bolivariana, Hugo Chavez, trava uma luta contra o que ele denomina “Império do Norte”, alusão à hegemonia norte-americana, e distribui – não sem interesses – ajudas financeiras, cooptando diversos países da América do Sul para sua zona de influência. No entanto, as quedas sofridas no preço do petróleo desde 2008 e a recente doença de Hugo Chavez puseram freio ao projeto da América Bolivariana, bem como atrapalharam as compras massivas de armamentos.

Por fim, nos últimos anos, a América Andina tem se tornado fonte de instabilidade regional. A presença norte-americana na Colômbia, sob o pretexto da luta contra o narcotráfico, tem acirrado os ânimos dos países vizinhos, principalmente Venezuela. São recorrentes episódios de retirada de diplomatas ou declarações mais contundentes entre os países andinos, gerando crises de fronteiras e discussões sobre intervenção, legitimidade na luta contra o crime organizado e guerrilhas. Além disso, os países andinos também, com frequência, se enredam em discussões

territoriais e sobre fronteiras, como é o caso de Bolívia e Peru. Essa emergência de potenciais contendas entre os países andinos são desafios complexos para a consolidação da liderança brasileira na região.

Considerações Finais

O objetivo desse artigo foi discutir o processo de formação das governanças regionais de segurança, destacando o papel brasileiro na integração das políticas de segurança e defesa no Cone Sul, tanto mostrando o desejo de liderança expressado pela PEB nos últimos anos, quanto trazendo os desafios que tal protagonismo pode acarretar. Também, buscou-se apresentar o CDS como possível consolidação de uma proposta brasileira na área de segurança para a América do Sul, mesmo que tal órgão seja encarado com a desconfiança histórica dada às instituições sul-americanas.

Os países da América do Sul se mostram dispostos à criação de seu próprio esquema de governança de segurança, na tentativa de somar esforços para construção de uma região menos suscetível a influências externas. Ao buscar arranjos regionais, o Cone Sul assume a responsabilidade de continuar seu processo de emancipação e, nesse contexto, o Brasil se torna mister na liderança do processo. Entretanto, até o momento, o país não vislumbra muitos ganhos reais dessa cooperação, mas entende o protagonismo nesse processo um ônus necessário para qualquer projeto de potência, ou seja, é o pensamento pragmático do trabalho a ser feito.

A expansão da presença militar norte-americana no Cone Sul, sobretudo, na Colômbia, é um claro movimento do crescimento das tensões na região. Por outro lado, o Brasil procura contrabalancear a

presença dos EUA ao estabelecer relações de segurança com países, através de iniciativas de cooperação militar e intercâmbios de defesa. Entretanto, tais ações apresentam muitos retrocessos, tornando a nascente governança de segurança regional uma estrutura frágil e sem perspectivas de resultados factíveis para o futuro.

Ainda é muito cedo para concluir qual modelo de governança segurança que será adotado pela América do Sul, ou como esse se desenvolverá, uma vez que ele não se aproxima a esquemas mais consolidados como OTAN ou CSCE. Todavia, é possível afirmar que, em primeiro momento, ele é estatocêntrico, com pouca participação dos parlamentos nacionais ou atores não estatais. O núcleo de decisão fica nas mãos do poder executivo, especialmente os presidentes, que podem imprimir maior dinamismo às agendas de segurança. Por outro lado, a base presidencialista das decisões traz o componente das características individuais, como carisma, por exemplo, o que torna a governança regional mis dependente da “boa vontade” pessoal do que de instituições, tornando-a frágil.

No período pós - Guerra Fria, quando os arranjos de segurança têm ganhado novos contornos e a cooperação parece ser elemento fundamental para combater as novas ameaças, além de fomentar o soft power na projeção e consolidação de complexos regionais, o Brasil parece encontrar um caminho para colocar em prática seu projeto de “Brasil Potência”. No entanto, ao considerar o Brasil o condutor do processo de integração de políticas de segurança e defesa, não é possível observar uma aproximação dos países de forma efetiva, o que se vê são políticas desconexas. A região platina com sua própria agenda de segurança, os países andinos retomando contendas históricas e o Brasil, tanto no sentido geográfico quanto político, no centro dessas questões,

mas sem uma atuação contundente para a resolução e mediação dos problemas. Nesse sentido, o CDS foi instituído sob a lógica brasileira na tentativa de organizar as agendas de segurança sobrepostas e as urgências individuais que dificultam o compartilhamento de interesses, minando as bases para uma governança regional de segurança sustentada.

Ao perceber que as ameaças na América do Sul não têm o caráter militar tradicional, mas sim são oriundas de problemas estruturais de cada país ⁷, o Brasil procura mediar os problemas dentro de sua própria esfera complexa, ou seja, através da tentativa do diálogo e cooperação. Desse modo, a liderança brasileira pode ser alicerçada em moldes diferentes dos que imperavam no século passado, ao mesmo tempo em que coloca assuntos corriqueiramente estatais em âmbito mais amplo, compartilhando experiência, formando governanças e, sobretudo, consolidando seu projeto de liderança.

Dessa forma, o sucesso da integração das políticas de defesa na América do Sul vai depender das capacidades dos países na região, sobretudo o Brasil, a fim de superar seus desafios internos e extra-hemisféricos. As resoluções de Brasília, portanto, são fundamentais para o aprofundamento dessa integração e tem no CDS um bom, todavia novo e incipiente, arcabouço institucional para colocar em prática seu protagonismo e aumentar a aceitação desse importante papel de potência regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECARD, Danielly Silva Ramos. (2009), *Relações exteriores do Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes.

⁷ Ao analisar o caso Colômbia, nota-se claramente que a origem do problema é nacional, todavia reflete na delicada estabilidade regional.

- BUZAN, Barry. (1991), *People, states & fears: an agenda for international security studies in the post-Cold War era*. Londres: Lynne Rienner Publishers.
- BUZAN, Barry., e WAEVER, O. (2003), *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CASTRO, Thales Cavalcanti. (2009), “As macroconfigurações internacionais e a geopolítica da segurança coletiva regional: o Conselho de Defesa Sul-Americano e o Brasil”. In: *I Encontro Sul-Americano de Estudos Estratégicos*. Anais de Congresso, Rio de Janeiro.
- CEPIK, Marco. (2005), “Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmica conjuntural”. *Análise de Conjuntura do Observatório Político Sul-Americano*, n. 9, agosto de 2005, acessado em 30 de março de 2012. http://xa.yimg.com/kq/groups/15379434/82555027/name/CEPIK_Seguranca_na_America_do_Sul.pdf
- CERVO, Amado Luiz. (2008), *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva.
- CERVO, Amado Luiz., e BUENO, Clodoaldo. (2008), *História da Política Exterior do Brasil*. 3ª ed.rev. ampl. Brasília: UnB.
- CORDERO, Omar. (2009), “UNASUR and its future impact on the Americas”. *Strategy Research Project*, 24 de março de 2009, acessado em 10 de março de 2012. <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA501218>>.
- COSTA, Thomaz Guedes da. “Cinquenta Anos do Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca (TIAR): Frustrações e Continuidade Institucional?”. *NPOCS*, 24 de outubro de 1997, acessado em 08 de março de 2012. <http://www.flacsoandes.org/biblio/catalog/resGet.php?resId=24111>
- D'ARAÚJO, Maria Celina et al. (2009), *Defesa, segurança internacional e forças armadas*. Campinas: Mercado das Letras.
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima. (2001), “O pensamento estratégico sul-americano”. *Instituto de Estudos Estratégicos*, ago. 2011, acessado em 05 de março de 2012. http://www.inest.uff.br/index.php?option=com_content&view=article&id=252:o-pensamento-estrategico-sul-americano&catid=101:polestdef&Itemid=79.
- FLEMES, Daniel. (2007), “Conceptualising Regional Power in

- International Relations: lessons from the South African case”. In: *GIGA Working Papers (German Institute of Global and Area Studies)*, no. 53, junho de 2007, acessado em 22 de março de 2012. <http://www.giga-hamburg.de/workingpapers>.
- FLEMES, Daniel., e RADSECK, Michael. (2009), “Creating Multilevel Security Governance in South America”. *GIGA Institute of Latin American Studies*, dezembro de 2009, acessado em 08 de março de 2012. <http://www.resdal.org/producciones-miembros/art-flemes-radseck.pdf>.
- HALLIDAY, Fred. (2007) *Repensando as relações internacionais*. 2ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- HURRELL, Andrew. (1998), “Security in Latin America”. *International Affairs*, junho de 1998, acessado em 31 de março de 2012. <http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/International%20Affairs/Blanket%20File%20Import/inta032.pdf>
- KRAHMANN, Elke. (2003), “Conceptualizing Security Governance”. *Cooperation and Conflict: Journal of the Nordic International Studies Association*, junho de 2003, acessado em 13 de março de 2012. <http://dcafsp.tripod.com/readings/Security%20Governance.pdf>
- MALAMUD, Carlos. (2008), “Potenciales focos de conflicto bélico en América del Sur”. *Offnews*, junho de 2008, acessado em 22 de março de 2012. Disponível em < <http://www.offnews.info/verArticulo.php?contenidoID=11200>>. Último acesso em 22/03/2012.
- MERKE, Frederico. (2009), “A América do Sul e a agenda de segurança hemisférica: o desafio das assimetrias”. In: *Segurança Internacional: um diálogo Europa-América do Sul (2008)*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. (2008), *Prática Diplomática Brasileira, Manual de Procedimentos*. Brasília: 2008. Acessado em 22 de março de 2012. <http://www2.mre.gov.br/dai/PraticaDiplomaticaBrasileira.pdf>
- NOGUEIRA, João Pontes., e MESSARI, Nizar. (2005), *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Carta da Organização dos Estados Americanos*. Disponível em < <http://www.oas.org/juridico/portuguese/carta.htm> >. Acessado em 12 de março de 2012.
- OLIVEIRA, Andréa Benetti Carvalho. (2010), “Plano de ação 2009 do

Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da UNASUL: um balanço”. *Mundorama*, 13 de abril de 2010, acessado em 12 de abril de 2012. <http://mundorama.net/2010/04/13/plano-de-acao-2009-do-conselho-de-defesa-sul-americano-cds-da-unasul-um-balanco-por-andrea-benetti-carvalho-de-oliveira/>

OLIVEIRA, Andréa Benetti Carvalho de., e BECARD, Danielly Silva Ramos. (2010), “Comunidade de Segurança na América do Sul? A UNASUL”. Artigo apresentado no V Congresso Latino americano da Associação Latino americana de Ciência Política (ALACIP), Buenos Aires, 28-30 de julho de 2010. Acessado em 08 de março de 2012. http://ufpr.academia.edu/Andr%C3%A9aBenettiCarvalhodeOliveira/Papers/1385605/Comunidade_de_Seguranca_na_America_do_Sul_A_UNASUL>

OLIVEIRA, Jorge Amâncio de., e ONUKI, Janaina. (2000), “Brasil, Mercosul e a segurança regional”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, julho de 2000, acessado em 08 de março de 2012. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000200005&script=sci_arttext#nt01

PAGLIARI, Gaciela. (2009), *Segurança regional e política externa brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais), Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, UNB, Brasília. Acessado em 12 de abril de 2012. <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/4361/1/2009_GracieladeContiPagliari.pdf>

RABELO, L. (2008), “Conselho Sul Americano de Defesa”. *Conjuntura Internacional*, julho de 2008. Belo Horizonte: PUC Minas. Acessado em 02 de abril de 2012. <http://www.pucminas.br/conjuntura>>

SENHORAS, Elói Martins. (2009a), “Securitização internacional e o Conselho de Defesa Sul-Americano”. *Mundorama*, agosto, 2009a, acessado em 03 de março de 2012. <http://mundorama.net/2009/08/05/securitizacao-internacional-e-o-conselho-de-defesa-sul-americano-por-eloi-martins-senhoras/>.

SENHORAS, Elói Martins. (2009b), “O Conselho Sul-Americano de Defesa e as Percepções da Construção da Segurança Cooperativa no Complexo Regional da América do Sul”. In: *Retos a la seguridad y defensa en un ambiente político complejo: cooperación y divergencia en suramérica*, Cartagena de Indias, Colombia, 27 jul. 2009b. Acessado em 25 de março de 2012.

<http://www.ndu.edu/chds/SRC-Colombia09/Papers/Senhoras%20BRAI.pdf>>

- SOARES, L. F. de M. (2004), “O Brasil no cenário regional de defesa e segurança”. In: Pinto, J. R. de A. (org). Rocha, A. J. R. (org). Silva, R. D. P. (org). *O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança*. Brasília: Ministério da Defesa. Secretaria de Estudos e Cooperação. Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, vol. 2. Acessado em 25 de março de 2012. <http://www.defesa.gov.br/arquivos/colecao/brasil.pdf>.
- STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. *Military Expenditure Database 2009*. Acessado em 30 de março de 2012. <http://www.sipri.org/databases/milex>.
- UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANA. *Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas*. Brasília, 23 de maio de 2008, acessado em 12 de abril de 2012. <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul/tratado-constitutivo-da-unasul>.
- WALTZ, Kenneth. (2002), *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa, Grandiva.